

PAX Investimentos em Aeroportos S.A.

CNPJ: 48.533.969/0001-54

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)				
Balancos patrimoniais		Controladora		Consolidado
Ativo circulante	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	139	2.272	1.210
Contas a receber	7	-	-	14.128
Impostos a recuperar	152	-	-	355
Despesas antecipadas	8	-	-	529
Adiantamento a terceiros	10	-	-	64
Total do ativo circulante	301	2	17.348	1.210
Ativo não circulante				
Despesas antecipadas	8	-	-	348
Dividendos a receber	9	6	-	-
Investimentos	9	285.230	860	-
Imobilizado	10	-	-	178
Intangível	11	-	-	274.626
Total do ativo não circulante	285.831	860	275.152	128.991
Total do ativo	286.132	862	292.500	130.201

Balancos patrimoniais				
Passivo circulante	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Fornecedores	12	12	-	3.097
Partes relacionadas	13	321	-	-
Obrigações trabalhistas	14	-	-	2.058
Obrigações tributárias	15	-	-	1.521
Adiantamento de clientes	16	-	-	64
Outras contas a pagar	16	-	-	128.940
Total do passivo circulante	333	6.701	129.339	-
Passivo não circulante				
Debêntures	17	150.058	-	150.058
Total do passivo não circulante	150.058	-	150.058	-
Total do patrimônio líquido	135.741	862	135.741	862
Capital social	18	153.001	5.001	153.001
Prejuízos acumulados		(17.260)	(4.139)	(17.260)
Subtotal do patrimônio líquido	135.741	862	135.741	862
Total do passivo e do patrimônio líquido	286.132	862	292.500	130.201

Demonstrações do resultado abrangente				
	Controladora	Consolidado		
	01/01/2023 a 31/12/2023	18/10/2022 a 31/12/2022	01/01/2023 a 31/12/2022	18/10/2022 a 31/12/2022
Prejuízo do exercício	(13.121)	(4.139)	(13.121)	(4.139)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes	(13.121)	(4.139)	(13.121)	(4.139)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. **Contexto operacional:** A PAX Investimentos em Aeroportos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no Estado de São Paulo cujo objeto social é a XP Infra IV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, com 99,9% do capital social. Constituída em 18 de outubro de 2022, tem como principal objeto social o seguinte: **I)** Realizar estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas às atividades que envolvem o transporte aéreo desenvolvidas pela Companhia e das sociedades por ela investidas, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares à consecução do objeto social; **II)** Investimento nos novos projetos de infraestrutura e/ou expansão de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, especialmente na área de prestação de serviços em aeroportos, incluindo a promoção de estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos da Companhia e sociedades por ela investidas, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento de atividades relacionadas a transporte aéreo; e **III)** Participação como acionista ou quotista, em outras sociedades que tenham como objeto social exclusivamente atividades relacionadas a transporte aéreo no Brasil. A PAX Investimentos em Aeroportos S.A. tem como investida e controlada direta a PRS Aeroportos S.A. A PRS Aeroportos S.A., também constituída em 18 de outubro de 2022, com a única e exclusiva finalidade de realizar a prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Aeroportuários integrantes do Bloco Aviação Geral, propriamente o Aeroporto Campo de Marte - São Paulo/SP (SBMT) e Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho - Rio de Janeiro/RJ (SBRJ), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a PRS Aeroportos S.A. ("Contrato de Concessão"), em virtude do feito no processo licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022 ("Edital do Leilão"). **Aeroporto Campo de Marte:** O Aeroporto Campo de Marte está localizado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. Ele é conhecido como um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva. Atualmente é utilizado principalmente para operações de taxi aéreo, escolas de aviação, aviação executiva e serviços de helicóptero e como base de apoio da Polícia Militar e seus helicópteros Águia. O Campo de Marte possui uma pista asfaltada com 1.600 metros de comprimento, com penínsulas e operações de aeronaves de pequeno e médio porte. Também possui um terminal de passageiros para atendimento aos voos executivos. Além disso, o aeroporto conta com uma série de serviços e facilidades para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, oficinas de manutenção e serviços de apoio. **Aeroporto de Jacarepaguá:** O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Jacarepaguá. Também é conhecido como Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho, em homenagem ao empresário brasileiro Roberto Marinho. Assim como o Campo de Marte, é um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva, com alta movimentação de operação *offshore*. O aeroporto possui uma pista asfaltada com 900 metros de comprimento e é adequado para a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Além disso, conta com um terminal de passageiros e diversos serviços para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, serviços de manutenção e apoio em solo. **2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que incluem as práticas contábeis previstas na Resolução da Comissão de Práticas Contábeis nº 1.000/2022, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 07 de junho de 2024. Detalhes sobre as posições contábeis relevantes da Companhia, estão apresentadas na Nota Explicativa 10. **b) Modo funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **c) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa periodicamente dados não observáveis e ajustes de avaliação. Se a informação de mercado não estiver disponível em cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos da norma contábil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em uma hierarquia baseada em observáveis e inputs não observáveis, conforme as técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **• Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, a que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e **• Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis, que ocorreram nas demonstrações contábeis. **3. Base de elaboração e mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observado ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao determinar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **3.1. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada direta, cuja participação percentual detida na data do balanço é conforme a seguir:

País	Tipo de controlada	Participação em 2023
Brasil	Direta	100%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo está a data na qual a Companhia detém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. As demonstrações contábeis da controlada direta são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Nas demonstrações contábeis da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados em equivalência patrimonial e cada uma das controladas apresenta suas demonstrações contábeis dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo. **4. Políticas contábeis relevantes:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir em maneira consistente a todo o período apresentado nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Contrato de concessão - ICPC 01 (R1):** A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem adotadas em contratos de concessão que estejam inseridas em seu alcance. A qualquer diferença entre o balanço de alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos no âmbito do poder concedente. **b) Ativos intangíveis e ativos circulantes:** O ativo intangível é reconhecido durante determinado prazo concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data de aquisição ou reconhecimento do custo, acrescido das diferenças até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **c) Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e o prazo de recebimento é superior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo não circulante. **e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido em balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando possui uma obrigação ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incertas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos passivos são classificados em ativos circulantes e passivos não circulantes. **f) Ativos imobilizados:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, desde que os custos sejam necessários para produzir ou melhorar a eficiência ou a capacidade de produção e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil do bem, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	10
Equipamentos de informática	10

g) Ativo do valor recuperável de ativos (teste de impairment): A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas condições são identificadas e o valor líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável em 2023 e 2022. **h) Ativos intangíveis e ativos circulantes:** Os ativos intangíveis são reconhecidos durante o período de concessão. Esse direito é um ativo intangível identificável com vida útil definida e controlado pela Companhia, que surge do contrato de concessão celebrado com o governo conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada. No caso da concessão de aeroportos, o ativo intangível da concessão é amortizado ao longo do período de concessão, que é o período em que a Companhia tem o direito de operar o aeroporto. A amortização é calculada utilizando um método de custo de recuperação, que resulta em uma distribuição constante dos benefícios econômicos do ativo intangível ao longo do tempo, e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível seja por venda ou por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **i) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e em coligadas nas quais a Companhia possui influência significativa, são registrados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos estão registrados pelo valor justo ou pelo custo quando este representar o valor justo.

	% de participação	31/12/2023	31/12/2022
Controladora PRS Aeroportos S.A.	100,00%	100,00%	100,00%

1) Empréstimos e debêntures: Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estarem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **k) Receitas:** Receitas tarifárias são os valores cobrados para a utilização das instalações e serviços do aeroporto por companhias aéreas, passageiros e operadores de aeronaves. Essas receitas são essenciais para a operação, manutenção e desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária. As tarifas podem ser divididas em várias categorias: 1. **Tarifa de Pouso:** remunera a pista de pouso, cobradas dos operadores aeronáuticos e companhias aéreas pelo uso da pista para pouso; 2. **Tarifa de Permanência:** remunera a pista de taxi e as áreas de permanência, cobradas pela utilização do espaço no aeroporto para aeronaves; e 3. **Tarifa de Embarque:** remunera o terminal de passageiros, abrangendo o embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança, e são arrecadadas pelas empresas aéreas, recolhidas posteriormente pelo operador do aeroporto. Também há outras tarifas que podem ser cobradas na operação aeroportuária, como de conexão, armazenamento e captação, mas não houve cobrança dessas tarifas durante o exercício social de 2023. Receitas não tarifárias referem-se a todas as receitas geradas que não estão diretamente relacionadas às tarifas de serviços aeroportuários cobradas dos passageiros, companhias aéreas ou operadores de aeronaves. Essas receitas podem incluir, mas não se limitam a: 1. **Receitas de cessão de espaço comercial** dentro do aeroporto, como lojas, restaurantes, quiosques, aluguel de carros, hangares, entre outros; 2. **Receitas de publicidade e patrocínio** dentro do aeroporto, como anúncios em painéis, displays digitais ou outras áreas comerciais; 3. **Receitas de estacionamento**, tanto de passageiros quanto de funcionários e prestadores de serviços; e 4. **Receitas de serviços adicionais oferecidos** pelo aeroporto, como serviços de bagagem, inspeção, serviços de transporte terrestre, entre outros. **l) Custo dos serviços prestados, despesas gerais e outras despesas e receitas:** São registrados pelo regime de competência. **m) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem o rendimento sobre aplicações financeiras e o despesa bancárias. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **n) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro base para a Contribuição Social. Os impostos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto e leis fiscais promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias, com base em projetos de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Empresa não reconhece imposto de renda diferido nos casos em que não há intenção de geração de lucros tributáveis futuros para compensação com diferenças temporárias. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e passivos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incluídos na mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **o) Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das demonstrações contábeis do instrumento. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, exceto no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há instrumentos financeiros derivativos. **5. Contrato de concessão: Objeto:** O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação,

Período	Alíquota
Quinto ano	3,05%
Sexto ano	6,10%
Sétimo ano	9,15%
Oitavo ano	12,20%
Nono ano	15,25%
A partir do nono ano até o final da concessão	15,25%

Bens integrantes da concessão: Integram a concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, peças de pouso e decolagem, pilares de manobra, dentre outros. **Direitos e deveres gerais:** Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato de Concessão, atendendo às exigências e dar o devido tratamento às recomendações ou observações feitas pela ANAC, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados. **Investimentos:** Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, serão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. **Remuneração da Concessionária:** • **Receitas tarifárias:** São constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenamento e captação. • **Receitas não tarifárias:** São constituídas, por cessão de espaços inerciais à exploração dos espaços comerciais e outros. **Transferência da concessão e do controle societário:** A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato. **Utilização do complexo aeroportuário - disposições gerais:** A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	2	138
Aplicações financeiras	138	2.134
Total	139	2.272

Contas a receber:	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	-	14.128
Total	-	14.128

Faixa	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	-	8.743
Vencidos entre 31 e 60 dias	-	2.821
Vencidos entre 61 e 90 dias	-	2.077
Vencidos entre 91 e 90 dias	-	484
Total	-	14.128

Saldo em	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Dados materiais	2	138
Investimentos	138	2.134
Seguros	-	377
Execução concessionária (II)	-	458
Indenização das perdas indenizáveis	-	458
relativas a reclamação de terceiro	-	278
CSRF	-	207
Crédito	-	329
Total	-	348

Depreciação acumulada	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Móveis e utensílios	-	1
Equipamentos de informática	-	207
Total	-	208

Movimentação 2023	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2023
Móveis e utensílios	-	1
Equipamentos de informática	-	207
Total	-	208

Intangível:	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso de infraestrutura concedida	-	274.800
Obras em andamento	-	1.652
Outros	-	162
Total	-	276.626

Movimentação 2023 (consolidado)	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2023
Direito de uso de infraestrutura concedida	-	274.800
Obras em andamento	-	1.652
Outros	-	9
(-) Amortização de direito de uso da infra aeroportos	-	(1.835)
Total	128.991	147.470

Movimentação 2023 (consolidado)	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2023
Direito de uso de infraestrutura concedida	-	274.800
Obras em andamento	-	1.652
Outros	-	9
(-) Amortização de direito de uso da infra aeroportos	-	(1.835)
Total	128.991	147.470

12. Fornecedores:	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	12	-
Total	12	3.097

13. Partes relacionadas:	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Participação nos lucros e resultados	-	1.347
INSS a recolher	-	146
FGTS a recolher	-	43
IRRF a recolher	-	47
Provisão de férias e encargos sociais	-	3
Outras obrigações trabalhistas	-	2.058
Total	-	2.058

14. Obrigações tributárias:	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
CSRF	-	155
INSS retidos na fonte a pagar	-	136
PIS e Cofins	-	1.067
IRRF	-	19
Total	-	1.521

15. Contas a pagar:	Controladora	Consolidado
---------------------	--------------	-------------

★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da PAX Investimentos em Aeroportos S.A.

As Acionistas, Conselheiros e Administradores da **PAX Investimentos em Aeroportos S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da PAX Investimentos em Aeroportos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o assunto mencionado na Nota Explicativa nº 1 que informa que a Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2022. Dessa forma, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa apresentam a movimentação entre a data da constituição da Companhia e 31 de dezembro de 2022 e não apresentam saldos comparativos em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de junho de 2024

 Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P-025.583/0-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador - CRC ISP-255.954/0-0

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>